



Sumário

Nota à 21ª edição, xxiii

Nota à 20ª edição, xxv

Nota introdutória, xxvii

1 ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, 1

- 1.1 Formação do Direito Administrativo, 1
- 1.2 Contribuição do direito francês, 4
- 1.3 Direito administrativo alemão, 8
- 1.4 Direito administrativo italiano, 10
- 1.5 Direito administrativo anglo-americano, 11
- 1.6 Direito administrativo brasileiro, 20
- 1.7 O direito administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística e da *common law*, 22
- 1.8 Tendências atuais do direito administrativo brasileiro, 27
- 1.9 Objeto do Direito Administrativo, 39
 - 1.9.1 Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica, 41
 - 1.9.2 Direito administrativo e ciência da administração, 41
 - 1.9.3 Critério técnico-científico de estudo do direito administrativo, 42
- 1.10 Conceito de Direito Administrativo, 43
 - 1.10.1 Escola do serviço público, 43
 - 1.10.2 Critério do Poder Executivo, 44
 - 1.10.3 Critério das relações jurídicas, 45
 - 1.10.4 Critério teleológico, 45
 - 1.10.5 Critério negativo ou residual, 45
 - 1.10.6 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado, 46
 - 1.10.7 Critério da administração pública, 46
 - 1.10.8 Nossa definição, 47

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 48

- 2.1 O vocábulo *administração*, 48
- 2.2 A expressão *Administração Pública*, 49
- 2.3 Administração pública e governo, 50
 - 2.3.1 Aspecto objetivo, 50
 - 2.3.2 Aspecto subjetivo, 51
- 2.4 Administração pública em sentido estrito, 53
- 2.5 Administração pública em sentido objetivo, 54

2.6 Administração pública em sentido subjetivo, 56

3) **REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, 58**

3.1 Regimes público e privado na administração pública, 58

3.2 Regime jurídico-administrativo, 59

3.3 Princípios da administração pública, 61

3.3.1 Legalidade, 62

3.3.2 Supremacia do interesse público, 63

3.3.3 Impessoalidade, 66

3.3.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade, 67

3.3.5 Especialidade, 67

3.3.6 Controle ou tutela, 68

3.3.7 Autotutela, 68

3.3.8 Hierarquia, 68

3.3.9 Continuidade do serviço público, 69

3.3.10 Publicidade, 70

3.3.11 Moralidade administrativa, 72

3.3.12 Razoabilidade e proporcionalidade, 75

3.3.13 Motivação, 77

3.3.14 Eficiência, 78

3.3.15 Segurança jurídica, 80

3.4 Poderes da administração, 81

3.4.1 Normativo, 82

3.4.2 Disciplinar, 86

3.4.3 Decorrentes da hierarquia, 87

4 **SERVIÇOS PÚBLICOS, 90**

4.1 Conceito, 90

4.1.1 Serviço público em sentido amplo, 90

4.1.2 Serviço público em sentido restrito, 91

4.1.3 Evolução, 92

4.1.4 Conclusões quanto ao conceito, 93

4.2 Elementos da definição, 94

4.2.1 Elemento subjetivo, 94

4.2.2 Elemento formal, 95

4.2.3 Elemento material, 95

4.3 A pretensa crise na noção de serviço público, 96

4.4 Princípios, 99

4.5 Classificação, 100

5 **PODER DE POLÍCIA, 105**

5.1 Introdução, 105

5.2 Evolução, 106

5.3 Conceito, 107

5.4 Polícia administrativa e judiciária, 109

5.5 Meios de atuação, 110

5.6 Características, 110

5.7 Limites, 112

6 **RESTRICÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA, 114**

6.1 Evolução, 114

6.2 Modalidades, 115

6.3 Fundamento, 116

6.4 Função social da propriedade, 118

- 6.5 Limitações administrativas, 121
- 6.6 Ocupação temporária, 124
- 6.7 Requisição administrativa, 126
- 6.8 Tombamento, 127
 - 6.8.1 Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 127
 - 6.8.2 Conceito e características, 129
 - 6.8.3 Objeto, 130
 - 6.8.4 Modalidades, 130
 - 6.8.5 Procedimento, 131
 - 6.8.6 Efeitos, 134
 - 6.8.7 Natureza jurídica, 137
- 6.9 Servidão administrativa, 138
 - 6.9.1 Servidão na teoria geral do direito, 138
 - 6.9.2 Servidão de direito privado e de direito público, 138
 - 6.9.3 Servidão administrativa e limitação administrativa, 140
 - 6.9.4 Conceito, 140
 - 6.9.5 Forma de constituição, 141
 - 6.9.6 Extinção, 142
 - 6.9.7 Direito à indenização, 143
 - 6.9.8 Modalidades, 144
 - 6.9.8.1 Servidão sobre terrenos marginais, 144
 - 6.9.8.2 Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos, 144
 - 6.9.8.3 Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional, 145
 - 6.9.8.4 Servidão em torno de aeródromos e heliportos, 145
 - 6.9.8.5 Servidão militar, 145
 - 6.9.8.6 Servidão de aqueduto, 146
 - 6.9.8.7 Servidão de energia elétrica, 146
- 6.10 Desapropriação, 147
 - 6.10.1 Evolução no direito brasileiro, 147
 - 6.10.2 Conceito, 149
 - 6.10.3 Modalidades de desapropriação sancionatória, 149
 - 6.10.4 Procedimento, 152
 - 6.10.5 Sujeitos ativo e passivo, 157
 - 6.10.6 Pressupostos, 158
 - 6.10.7 Objeto, 160
 - 6.10.8 Indenização, 161
 - 6.10.9 Natureza jurídica, 166
 - 6.10.10 Imissão provisória na posse, 168
 - 6.10.11 Destino dos bens desapropriados, 170
 - 6.10.12 Desapropriação indireta, 173
 - 6.10.13 Retrocessão, 174

7 ATOS ADMINISTRATIVOS, 179

- 7.1 Fatos da administração, 179
- 7.2 Atos da administração, 179
- 7.3 Origem da expressão, 180
- 7.4 Conceito, 181
- 7.5 Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos, 185
- 7.6 Atributos, 186
 - 7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 186
 - 7.6.2 Imperatividade, 189
 - 7.6.3 Auto-executoriedade, 189

- 7.6.4 Tipicidade, 190
- 7.7 Elementos, 191
 - 7.7.1 Sujeito, 192
 - 7.7.2 Objeto, 195
 - 7.7.3 Forma, 196
 - 7.7.4 Finalidade, 198
 - 7.7.5 Motivo, 199
- 7.8 Discricionariedade e vinculação, 200
 - 7.8.1 Conceito, 200
 - 7.8.2 Justificação, 201
 - 7.8.3 Âmbito de aplicação da discricionariedade, 202
 - 7.8.4 Legalidade e mérito do ato administrativo, 205
 - 7.8.5 Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário, 206
- 7.9 Classificação, 208
- 7.10 Atos administrativos em espécie, 214
 - 7.10.1 Quanto ao conteúdo, 214
 - 7.10.1.1 Autorização, 214
 - 7.10.1.2 Licença, 217
 - 7.10.1.3 Admissão, 217
 - 7.10.1.4 Permissão, 217
 - 7.10.1.5 Aprovação, 218
 - 7.10.1.6 Homologação, 218
 - 7.10.1.7 Parecer, 219
 - 7.10.1.8 Visto, 219
 - 7.10.2 Quanto à forma, 220
 - 7.10.2.1 Decreto, 220
 - 7.10.2.2 Resolução e portaria, 220
 - 7.10.2.3 Circular, 221
 - 7.10.2.4 Despacho, 221
 - 7.10.2.5 Alvará, 222
- 7.11 Extinção, 222
 - 7.11.1 Modalidades, 222
 - 7.11.2 Anulação ou invalidação, 223
 - 7.11.2.1 Conceito, efeitos e natureza, 223
 - 7.11.2.2 Vícios: peculiaridades no direito administrativo, 224
 - 7.11.2.3 Vícios relativos ao sujeito, 225
 - 7.11.2.4 Vícios relativos ao objeto, 227
 - 7.11.2.5 Vícios relativos à forma, 228
 - 7.11.2.6 Vícios quanto ao motivo, 228
 - 7.11.2.7 Vícios relativos à finalidade, 229
 - 7.11.2.8 Conseqüências decorrentes dos vícios, 229
 - 7.11.2.9 Atos administrativos nulos e anuláveis, 231
 - 7.11.2.10 Convalidação, 232
 - 7.11.2.11 Confirmação, 234
 - 7.11.3 Revogação, 235
- 8 CONTRATO ADMINISTRATIVO, 237**
 - 8.1 Contratos da administração, 237
 - 8.2 Divergências doutrinárias, 237
 - 8.3 O contrato administrativo como espécie do gênero contrato, 239
 - 8.4 Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado, 242
 - 8.5 Direito positivo, 245
 - 8.5.1 Normas constitucionais, 245
 - 8.5.2 Legislação ordinária, 245

- 8.6 Características dos contratos administrativos, 247
 - 8.6.1 Presença da Administração Pública como Poder Público, 247
 - 8.6.2 Finalidade pública, 247
 - 8.6.3 Obediência à forma prescrita em lei, 248
 - 8.6.4 Procedimento legal, 252
 - 8.6.5 Contrato de adesão, 253
 - 8.6.6 Natureza *intuitu personae*, 253
 - 8.6.7 Presença das cláusulas exorbitantes, 253
 - 8.6.7.1 Exigência de garantia, 253
 - 8.6.7.2 Alteração unilateral, 254
 - 8.6.7.3 Rescisão unilateral, 255
 - 8.6.7.4 Fiscalização, 257
 - 8.6.7.5 Aplicação de penalidades, 257
 - 8.6.7.6 Anulação, 258
 - 8.6.7.7 Retomada do objeto, 259
 - 8.6.7.8 Restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*, 260
 - 8.6.8 Mutabilidade, 260
 - 8.6.8.1 Álea administrativa: alteração unilateral do contrato, 263
 - 8.6.8.2 Álea administrativa: fato do príncipe, 264
 - 8.6.8.3 Álea administrativa: fato da administração, 265
 - 8.6.8.4 Álea econômica: teoria da imprevisão, 267
 - 8.7 Rescisão do contrato administrativo, 270
 - 8.8 Modalidades de contratos administrativos, 271
 - 8.8.1 Concessão, 271
 - 8.8.1.1 Conceito e modalidades, 271
 - 8.8.1.2 Natureza jurídica, 274
 - 8.8.1.3 Concessão de serviço público, 275
 - 8.8.1.3.1 Evolução, 275
 - 8.8.1.3.2 Conceito e características, 278
 - 8.8.1.3.3 Concessão, permissão e autorização de serviço público, 284
 - 8.8.1.4 Parcerias público-privadas, 287
 - 8.8.1.4.1 Direito positivo, 287
 - 8.8.1.4.2 Conceito e modalidades, 289
 - 8.8.1.4.3 Concessão patrocinada, 290
 - 8.8.1.4.4 Concessão administrativa, 294
 - 8.8.1.4.5 Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa, 297
 - 8.8.1.4.6 Da licitação, 299
 - 8.8.1.4.7 Normas aplicáveis apenas à União, 305
 - 8.8.1.5 Concessão de obra pública, 309
 - 8.8.1.6 Concessão de uso, 310
 - 8.8.2 Contratos de obra pública e de prestação de serviços, 310
 - 8.8.2.1 Empreitada, 313
 - 8.8.2.2 Administração contratada, 315
 - 8.8.2.3 Tarefa, 315
 - 8.8.3 Contrato de fornecimento, 315
 - 8.9 Contrato de gestão, 316
 - 8.10 Convênio, 319
 - 8.11 Consórcio administrativo, 324
 - 8.12 Terceirização, 325
- 9 LICITAÇÃO, 331**
- 9.1 Conceito, 331

- 9.2 Direito positivo, 332
- 9.3 Princípios, 334
 - 9.3.1 Princípio da igualdade, 336
 - 9.3.2 Princípio da legalidade, 338
 - 9.3.3 Princípio da impessoalidade, 339
 - 9.3.4 Princípio da moralidade e da probidade, 339
 - 9.3.5 Princípio da publicidade, 340
 - 9.3.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 341
 - 9.3.7 Princípio do julgamento objetivo, 341
 - 9.3.8 Princípio da adjudicação compulsória, 342
 - 9.3.9 Princípio da ampla defesa, 343
- 9.4 Obrigatoriedade de licitação, 343
- 9.5 Dispensa e inexigibilidade, 345
- 9.6 Modalidades, 358
 - 9.6.1 Concorrência, 361
 - 9.6.2 Tomada de preços, 362
 - 9.6.3 Convite, 364
 - 9.6.4 Concurso, 365
 - 9.6.5 Leilão, 366
 - 9.6.6 Pregão, 366
- 9.7 Procedimento, 367
 - 9.7.1 Procedimento da concorrência, 369
 - 9.7.1.1 Edital, 369
 - 9.7.1.2 Habilitação, 370
 - 9.7.1.3 Classificação, 375
 - 9.7.1.4 Homologação, 379
 - 9.7.1.5 Adjudicação, 379
 - 9.7.2 Procedimento da tomada de preços, 380
 - 9.7.3 Procedimento do convite, 381
 - 9.7.4 Procedimento do concurso, 381
 - 9.7.5 Procedimento do leilão, 381
 - 9.7.6 Procedimento do pregão, 382
- 9.8 Anulação e revogação, 386
- 9.9 Recursos administrativos, 387

10 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, 389

- 10.1 Descentralização, 389
 - 10.1.1 Descentralização e desconcentração, 389
 - 10.1.2 Descentralização política e administrativa, 389
 - 10.1.3 Modalidades de descentralização administrativa, 390
 - 10.1.3.1 Descentralização territorial, 390
 - 10.1.3.2 Descentralização por serviços, 391
 - 10.1.3.3 Descentralização por colaboração, 393
 - 10.1.4 Evolução, 394
 - 10.1.5 A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro, 396
 - 10.1.5.1 A confusão do legislador, 396
 - 10.1.5.2 A expressão administração indireta na Constituição, 400
- 10.2 Entidades da administração indireta, 401
 - 10.2.1 Modalidades e natureza jurídica, 401
 - 10.2.2 Regime jurídico, 402
- 10.3 Autarquias, 406
 - 10.3.1 O vocábulo *autarquia*, 406
 - 10.3.2 Evolução no direito brasileiro, 407
 - 10.3.3 Conceito e características, 408

- 10.3.4 Posição perante a administração pública e terceiros, 409
- 10.3.5 Classificação, 410
- 10.4 Fundação, 412
 - 10.4.1 Natureza jurídica e conceito, 412
 - 10.4.2 Fundação de direito privado, 414
 - 10.4.3 Direito positivo brasileiro, 417
 - 10.4.4 Fundação de direito público, 420
- 10.5 Empresas estatais, 421
 - 10.5.1 Alcance da expressão, 421
 - 10.5.2 Distinção quanto ao tipo de atividade, 421
 - 10.5.3 Sociedade de economia mista e empresa pública, 423
 - 10.5.3.1 Traços comuns, 423
 - 10.5.3.2 Traços distintivos, 427
- 10.6 Normas comuns às entidades da administração indireta, 430
- 10.7 Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas, 437
- 10.8 Natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta, 437
- 10.9 Agências, 439
 - 10.9.1 Considerações gerais, 439
 - ✱10.9.2 Agência executiva, 441
 - ✶10.9.3 Agência reguladora, 443
- 10.10 Consórcio público, 448
 - 10.10.1 Considerações gerais, 448
 - 10.10.2 Conceito e natureza jurídica, 451
 - 10.10.3 Constituição, alteração e extinção do consórcio, 454
 - 10.10.4 Contratos de rateio, 456
 - 10.10.5 Contratos de programa e convênios de cooperação, 457
- 10.11 Controle administrativo ou tutela das entidades da administração indireta, 460

11 ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR, 464

- 11.1 As expressões *entidade paraestatal* e *terceiro setor*, 464
- 11.2 Serviços sociais autônomos, 467
- 11.3 Entidades de apoio, 468
- 11.4 Organizações sociais, 470
- 11.5 Organização da sociedade civil de interesse público, 474

12 ÓRGÃOS PÚBLICOS, 479

- 12.1 Teorias sobre as relações do estado com os agentes públicos, 479
- 12.2 Conceito, 480
- 12.3 Natureza, 481
- 12.4 Classificação, 482

13 SERVIDORES PÚBLICOS, 484

- 13.1 Terminologia, 484
- 13.2 Agentes públicos, 485
 - 13.2.1 Agentes políticos, 485
 - 13.2.2 Servidores públicos, 487
 - 13.2.3 Militares, 490
 - 13.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público, 491
- 13.3 Cargo, emprego e função, 492
- 13.4 Normas constitucionais, 495
 - 13.4.1 Regime jurídico do servidor, 495
 - 13.4.2 Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, 496
 - 13.4.3 Condições de ingresso, 497
 - 13.4.4 Sistema remuneratório dos servidores públicos, 500

- 13.4.4.1 Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento, 502
- 13.4.4.2 Regime de subsídios, 504
 - 13.4.4.2.1 Agentes públicos em regime de subsídio, 506
 - 13.4.4.2.2 Competência para fixação e alteração dos subsídios, 507
 - 13.4.4.2.3 Subsídios para os servidores organizados em carreira, 508
- 13.4.4.3 Normas comuns à remuneração e aos subsídios, 509
 - 13.4.4.3.1 Fixação e alteração da remuneração e do subsídio, 509
 - 13.4.4.3.2 Teto das remunerações e subsídios, 510
 - 13.4.4.3.3 Irredutibilidade de remuneração e subsídio, 514
- 13.4.5 Direito de greve e de livre associação sindical, 516
- 13.4.6 Proibição de acumulação de cargos, 519
- 13.4.7 Aposentadoria, 522
 - 13.4.7.1 Regime previdenciário, 522
 - 13.4.7.2 Princípios da reforma previdenciária, 523
 - 13.4.7.3 Regimes previdenciários diferenciados, 525
 - 13.4.7.4 Modalidades de aposentadoria, 530
 - 13.4.7.5 Valor dos proventos de aposentadoria e pensões, 536
 - 13.4.7.6 Disposições transitórias, 537
 - 13.4.7.7 Previdência complementar, 542
 - 13.4.7.8 Contagem de tempo para aposentadoria, 543
 - 13.4.7.9 Aspectos polêmicos da reforma previdenciária, 544
- 13.4.8 Estabilidade, 561
- 13.4.9 Afastamento para exercício de mandato eletivo, 564
- 13.4.10 Direitos sociais, 565
- 13.4.11 Limites de despesa com pessoal, 566
- 13.5 Provimento, 570
- 13.6 Vacância, 574
- 13.7 Direitos e deveres, 575
- 13.8 Responsabilidade, 577
 - 13.8.1 Responsabilidade civil, 577
 - 13.8.2 Responsabilidade administrativa, 579
 - 13.8.3 Responsabilidade penal, 580
 - 13.8.4 Comunicabilidade de instâncias, 581

14 PROCESSO ADMINISTRATIVO, 587

- 14.1 Processos estatais, 587
- 14.2 Processo administrativo, 588
- 14.3 Processo e procedimento, 589
- 14.4 Modalidades, 590
- 14.5 Princípios, 593
 - 14.5.1 Princípio da publicidade, 593
 - 14.5.2 Princípio da oficialidade, 594
 - 14.5.3 Princípio da obediência à forma e aos procedimentos, 595
 - 14.5.4 Princípio da gratuidade, 596
 - 14.5.5 Princípio da ampla defesa e do contraditório, 596
 - 14.5.6 Princípio da atipicidade, 598
 - 14.5.7 Princípio da pluralidade de instâncias, 598
 - 14.5.8 Princípio da economia processual, 599
 - 14.5.9 Princípio da participação popular, 600
- 14.6 Processo administrativo disciplinar, 602
- 14.7 Processo sumário, 604

- 14.7.1 Sindicância, 604
- 14.7.2 Verdade sabida, 605

15 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 606

- 15.1 Delimitação do tema, 606
- 15.2 Evolução, 607
 - 15.2.1 Teoria da irresponsabilidade, 608
 - 15.2.2 Teorias civilistas, 608
 - 15.2.3 Teorias publicistas, 609
- 15.3 Direito positivo brasileiro, 612
- 15.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, 615
- 15.5 Responsabilidade do estado por omissão, 617
- 15.6 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos, 620
- 15.7 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, 624
- 15.8 Reparação do dano, 626

16 BENS PÚBLICOS, 630

- 16.1 Evolução, 630
- 16.2 Classificação, 631
- 16.3 Bens do domínio público do Estado, 633
 - 16.3.1 Conceito, 633
 - 16.3.2 Natureza jurídica, 635
 - 16.3.3 Modalidades, 636
 - 16.3.4 Regime jurídico, 637
- 16.4 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais, 639
 - 16.4.1 Conceito, 639
 - 16.4.2 Características, 639
 - 16.4.3 Regime jurídico, 640
- 16.5 Alienação, 645
 - 16.5.1 Alienação dos bens de uso comum e de uso especial, 645
 - 16.5.2 Alienação dos bens dominicais, 646
- 16.6 Uso de bem público por particular, 649
 - 16.6.1 Uso normal e uso anormal, 650
 - 16.6.2 Uso comum, 650
 - 16.6.3 Uso privativo, 653
 - 16.6.3.1 Conceito e características, 653
 - 16.6.3.2 Instrumentos estatais de outorga de uso privativo, 654
 - 16.6.3.3 Autorização, permissão e concessão, 655
 - 16.6.3.4 Institutos de direito privado, 660
 - 16.6.3.5 Tutela do uso privativo, 666
- 16.7 Formação do patrimônio público, 668
- 16.8 Bens públicos em espécie, 671
 - 16.8.1 Direito positivo, 671
 - 16.8.2 Terrenos reservados, 671
 - 16.8.3 Terrenos de marinha e seus acrescidos, 674
 - 16.8.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 676
 - 16.8.5 Terras devolutas, 677
 - 16.8.5.1 Evolução da propriedade rural no Brasil, 677
 - 16.8.5.2 Conceito e natureza jurídica, 679
 - 16.8.5.3 Titularidade, 681
 - 16.8.5.4 Processo de discriminação, 682
 - 16.8.6 Faixa de fronteira, 683
 - 16.8.7 Ilhas, 684
 - 16.8.8 Águas públicas, 684

- 16.8.9 Minas e jazidas, 686
 - 16.8.9.1 Conceito, 686
 - 16.8.9.2 Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas, 686
 - 16.8.9.3 Evolução no direito brasileiro, 687
 - 16.8.9.4 Sistema atual, 688
 - 16.8.9.5 Regime de exploração, 688

17 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 690

- 17.1 Conceito e abrangência, 690
- 17.2 Espécies, 691
- 17.3 Controle administrativo, 692
 - 17.3.1 Conceito e alcance, 692
 - 17.3.2 Recursos administrativos, 693
 - 17.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento, 693
 - 17.3.2.2 Modalidades, 695
 - 17.3.2.3 Coisa julgada administrativa, 701
 - 17.3.2.4 Prescrição administrativa, 702
- 17.4 Controle legislativo, 704
 - 17.4.1 Alcance, 704
 - 17.4.2 Controle político, 704
 - 17.4.3 Controle financeiro, 706
- 17.5 Controle judicial, 708
 - 17.5.1 Sistema de unidade de jurisdição, 708
 - 17.5.2 Limites, 709
 - 17.5.3 Privilégios da administração pública, 710
 - 17.5.4 Meios de controle, 717
 - 17.5.4.1 *Habeas corpus*, 718
 - 17.5.4.2 *Habeas data*, 719
 - 17.5.4.3 Mandado de injunção, 723
 - 17.5.4.3.1 Controvérsias quanto à origem, 723
 - 17.5.4.3.2 Controvérsias quanto ao objeto, 724
 - 17.5.4.3.3 Nossa opinião, 726
 - 17.5.4.3.4 Pressupostos, 727
 - 17.5.4.3.5 Competência, 728
 - 17.5.4.4 Mandado de segurança individual, 728
 - 17.5.4.4.1 Origem, 728
 - 17.5.4.4.2 Conceito e pressupostos, 729
 - 17.5.4.4.3 Restrições, 733
 - 17.5.4.4.4 Anotações quanto ao processo, 737
 - 17.5.4.4.5 Prazo, 742
 - 17.5.4.5 Mandado de segurança coletivo, 743
 - 17.5.4.6 Ação popular, 747
 - 17.5.4.6.1 Evolução, 747
 - 17.5.4.6.2 Conceito e pressupostos, 748
 - 17.5.4.6.3 Sujeito ativo e passivo, 751
 - 17.5.4.6.4 Posição do Ministério Público, 752
 - 17.5.4.6.5 Objeto, 754
 - 17.5.4.6.6 Anotações quanto ao processo, 755
 - 17.5.4.7 Ação civil pública, 756
 - 17.5.4.7.1 Origem e evolução, 756
 - 17.5.4.7.2 Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo, 758
 - 17.5.4.7.3 Pressupostos e conceito, 758
 - 17.5.4.7.4 Sujeito ativo e passivo, 760

- 17.5.4.7.5 Funções do Ministério Público, 760
- 17.5.4.7.6 Objeto, 761
- 17.5.4.7.7 Anotações quanto ao processo, 762

18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 763

- 18.1 Legalidade, moralidade e probidade, 763
- 18.2 Evolução no direito positivo, 766
- 18.3 Lei de improbidade administrativa, 770
 - 18.3.1 Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível, 770
 - 18.3.2 Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa, 772
 - 18.3.3 Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa, 773
 - 18.3.3.1 Sujeito passivo, 773
 - 18.3.3.2 Sujeito ativo, 775
 - 18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso, 780
 - 18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa, 783
 - 18.3.4 Sanções, 784
 - 18.3.5 Procedimento administrativo, 787
 - 18.3.6 Ação judicial de improbidade administrativa, 787

Bibliografia, 791

Índice remissivo, 801